



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 17 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Cresce investimento chinês na indústria do Amazonas 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Acordo sobre Código Florestal recebe críticas 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Governo afrouxa regra para verba de obras da Copa 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O NORTÃO

Senador Raupp apóia a fabricação e comercialização de produtos de informática em Guajará-Mirim 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Cresce investimento chinês na indústria do <u>Amazonas</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Empresas de capital da China estão distribuídas nos segmentos de duas rodas, termoplástico e mecânico.

Manaus - O Amazonas está entre os principais destinos dos investimentos chineses no Brasil. Empresas daquele país anunciaram investimentos de US\$ 743 milhões no Estado, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2011. Cinco empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) possuem participação de capital chinês atualmente.

A participação do Estado nos investimentos anunciados no País chega a 2% no período, segundo o levantamento da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) da Secretaria de Desenvolvimento (SDP) da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Os relatórios semestrais de investimentos anunciados no Brasil pela primeira vez fazem uma análise detalhada dos anúncios chineses. No Brasil, os recursos totalizaram US\$ 37,05 bilhões de janeiro de 2003 a janeiro de 2011.

O Polo de Duas Rodas obteve o maior volume de investimentos do Amazonas no período, 62,9%, com US\$ 467,6 milhões. O segmento eletroeletrônico teve participação de 29,9% e volume de US\$ 222,3 milhões. O Automotivo (mecânico) ficou em terceiro lugar, com US\$ 51,5 milhões e participação de 6,9%. O Polo Químico também apresentou participação, com um volume de US\$ 1,9 milhão.


De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o Polo Industrial de Manaus (PIM) possui cinco empresas com participação de investimentos chineses. Tainan Indústria e Comércio Ltda., do segmento termoplástico, CR Zongshen

Fabricadora de Veículos Ltda., Haobao Motor do Brasil e Gree Norte S.A do Polo de Duas Rodas e a Gree Electric Appliance do Brasil Ltda., que compõe o subsetor Mecânico.

Segundo a Suframa, os investimentos estrangeiros no PIM aumentaram 31,5% em 2010, em relação a 2009 e totalizaram US\$ 6,7 bilhões. No ranking dos países que possuem maior participação dos investimentos nas empresas do PIM, o Japão é o país com a maior fatia, 49%, seguido dos Estados Unidos (13%), Coreia do Sul (6,7%), Países Baixos (5,8%) e Finlândia (5%). A China figura na 17ª posição com participação de 0,32%, atrás de países como França (4,98%), Uruguai (3,98%), Canadá (1,54%) e Ilhas Cayman (0,86%).

A Renai destaca que houve um crescimento mais acentuado dos investimentos chineses a partir de 2006 no Amazonas, atingindo em 2008 o valor máximo previsto (US\$ 383,4 milhões). No ano seguinte, 2009, houve uma redução dos investimentos anunciados, atingindo o valor de US\$ 67 milhões, voltando, em 2010, com uma tendência de alta, ao alcançar US\$ 230 milhões.

O relatório destaca que houve um crescimento mais acentuado dos investimentos chineses a partir de 2006, atingindo em 2008 o valor máximo previsto (US\$ 383,4 milhões). No ano seguinte houve uma redução dos investimentos anunciados, atingindo o valor de US\$ 67 milhões, voltando, em 2010, com uma tendência de alta.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Acordo sobre Código Florestal recebe críticas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ambientalistas e ruralistas criticam projeto de Código Florestal do governo

Esforço do governo Dilma em atingir um consenso interno para fechar uma proposta de reforma do Código com chance de aprovação pelo Congresso expõe divisão da sociedade sobre o tema e acaba desagradando aos dois segmentos diretamente interessados

Afra Balazina e Andrea Vialli

O governo chegou a um consenso sobre o projeto de alteração do Código Florestal. Pela proposta negociada com os **Ministérios** do Meio Ambiente e da Agricultura, que deve ser votada no Congresso até junho, a grande maioria das propriedades rurais do País (95%) - que detém uma parcela menor das terras - sairia da ilegalidade. Mas ambientalistas e ruralistas continuam insatisfeitos.

O impasse sobre a reforma do Código Florestal teve início no ano passado, quando a proposta apresentada pelo deputado federal Aldo Rebelo (PC do B- SP) chegou a ser votada em comissão especial na Câmara. No entanto, o texto desagradou a ambientalistas e ao governo - que o consideraram muito favorável à expansão agrícola, o que, na prática, levaria a um aumento do desmatamento. O governo resolveu então modificar o projeto de Rebelo para facilitar sua aprovação no Congresso. No processo de negociação interna, os dois **Ministérios** tiveram de ceder.

Para o professor Jean Paul Metzger, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), não se deve simplesmente passar a borracha sobre os passivos ambientais, uma das mudanças previstas no projeto de Rebelo e mantida pelo governo. "Aceitar e legalizar não resolve a questão."

Metzger critica a proposta de permitir que os proprietários rurais façam a compensação da Reserva Legal no próprio bioma. Por exemplo, quem desmatou na Mata Atlântica, pode compensar em qualquer Estado que tenha o mesmo bioma. Segundo o governo, no entanto, serão definidas áreas prioritárias para isso. "É um absurdo biogeográfico", diz ele, que defende que a recomposição seja realizada na mesma bacia hidrográfica, numa área de 20 mil a 50 mil hectares. Para Metzger, outro risco dessa medida é que as áreas que não têm interesse para a agricultura concentrarão reservas, enquanto outras ficarão sem nada.

Pelo acordo do governo, o produtor poderá descontar as Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rios e topos de morros, da área de Reserva Legal. Em geral, a Reserva Legal tem de ser de 20% da propriedade. Mas na **Amazônia** ela aumenta para 80% e, no Cerrado dentro dos Estados na **Amazônia** Legal, para 35%.

"Todo mundo está de acordo em restaurar APPs. É **importante** para a **produção** de água, para a biodiversidade, para evitar desmoronamentos", diz Rodrigo Lima, gerente-geral do Instituto de Estudos do **Comércio** e Negociações Internacionais (Icône). Segundo ele, entre ter APP ou Reserva Legal, a primeira é mais relevante. Por isso, defende que os produtores possam somar as áreas de APP com Reserva Legal.


E ainda não está claro na proposta do governo se haverá mecanismos de estímulo para recuperar áreas degradadas. "O que preocupa é que a discussão ficou centrada na questão dos perdões. Não se discutiu uma revisão do Código que seja estratégica para o País", avalia Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra - **Amazônia** Brasileira.

Na negociação da proposta, o **Ministério** do Meio Ambiente aceitou reduzir para 15 metros as APPs às

margens já degradadas dos rios de até 10 metros de largura. O **Ministério** da Agricultura aceitou manter 30 metros nas margens ainda preservadas. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, afirmou que a mudança atende a reivindicações dos pequenos proprietários, o que é positivo. Mas ela é contrária à delimitação fixa do tamanho das APPs. "Não concordamos com um número

fixo, seja de 15 ou 30 metros, para o País todo. Isso é discutível do ponto de vista técnico."

Marcio Astrini, da Campanha **Amazônia** do Greenpeace, diz que a ONG cobra da presidente Dilma Rousseff que não aceite nenhum tipo de anistia para quem desmatou no passado - ela afirmou durante a campanha que não admitiria anistia. / COLABOROU MARTA SALOMON

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo afrouxa regra para verba de obras da Copa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para evitar atraso nas obras da Copa de 2014, a Caixa Econômica Federal e o BNDES têm feito vista grossa para procedimentos usualmente adotados ao assinar contratos de empréstimos.

Segundo as instituições, os recursos são liberados apenas com as exigências atendidas.

Governo cria atalho para verba de obras

COPA-14

Caixa e BNDES não seguem regras rígidas para assinar contratos de financiamento para Mundial

DIMMI AMORA

DE BRASÍLIA

O atraso nas obras para a Copa de 2014 está levando órgãos de financiamento a fazer vistas grossas para os procedimentos normalmente adotados para empréstimos a outros tipos de obras.

O acordo era que a Caixa Econômica Federal financiaria obras de transporte, e o BNDES, obras de estádios.

Ambas seriam feitas por Estados e municípios e tinham previsão de R\$ 11,5 bilhões e R\$ 5,7 bilhões, respectivamente. As obras de aeroportos e portos são feitas com recursos federais.

Esses financiamentos dependem da apresentação de documentos pelos governos, e os bancos têm regras rígidas para assinar os contratos e liberar os recursos.

Mas, no caso da Caixa, os contratos para obras de transporte em Porto Alegre, Cuiabá e Belo Horizonte -os primeiros a serem assinados, no segundo semestre de 2010- não tiveram nem sequer análise de engenharia.

Os engenheiros do banco disseram que não havia informações suficientes para dar parecer sobre a viabilidade e a correção dos projetos.

Segundo documento do TCU (Tribunal de Contas da União), também não existiam nesses financiamentos estudos de impacto ambiental e de vizinhança. Em Cuiabá, o órgão ambiental liberou sete obras da obrigatória apresentação de relatório e estudo de impacto.

Para técnicos do TCU, a falta das análises é irregularidade e pode levar a aumento dos custos e prejuízo ao erário. Os ministros, porém, entenderam que a prática é regular por ser o momento da assinatura. Os contratos foram assinados pela Caixa.

Segundo disseram funcionários do banco ao TCU, no caso da Copa, "foi adotado o procedimento [contratação antes da análise] com vistas a evitar atrasos na realização das obras, dada a relevância do cumprimento de prazos".

"Quanto mais próximo chega do evento, mais aumentam a tendência e a pretensão de que se deixem de lado estas questões [técnicas e jurídicas]. Estamos trabalhando para que isso não aconteça", disse o procurador Paulo Roberto Galvão de Carvalho, do grupo de acompanhamento da Copa-14 da Procuradoria da República.

Segundo Carvalho, hoje praticamente todas as obras estão atrasadas. Para ele, o cumprimento das regras trará benefícios de não haver paralisação por estouro de orçamento ou por erro de projeto, por exemplo.


No caso do BNDES, que financia até R\$ 400 milhões para os estádios, os cinco contratos assinados não tinham projetos detalhados.

Foi imposta a condição de liberar até 20% dos recursos até análise dos projetos pelo TCU. E o tribunal está encontrando problemas em praticamente todas as arenas.

O caso emblemático é o do Maracanã, onde a obra, após detalhamento, já subiu 30%.

Já no caso dos contratos da Caixa, a solução foi permitir ao banco que só libere recursos à medida que Estados e municípios apliquem recursos próprios na obra

(contrapartida). Isso evitaria a liberação de todo o dinheiro sem o projeto concluído.

	VEÍCULO O NORTÃO	EDITORIA	
	TÍTULO Senador Raupp apóia a fabricação e comercialização de produtos de informática em Guajará-Mirim		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Atendendo a uma solicitação do setor produtivo de Rondônia, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que vai assumir a relatoria de um projeto de lei que possibilite a utilização de incentivos fiscais da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM) para a implantação de um polo tecnológico no município, com a montagem e comercialização de produtos de informática.

A informação é do presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e do Sindicato da Micro e Pequena Indústria de Rondônia (Simpí/RO), Leonardo Sobral. “O senador se mostrou sensível ao pleito de Guajará-Mirim, que necessita deste incentivo para que o município saia da estagnação econômica em que se encontra, e temos certeza de que em breve esta reivindicação do empresariado local será atendida”, considera Sobral.

O segundo mais antigo município de Rondônia, e também o que tem a segunda maior extensão territorial (24.856 km²), localizado na fronteira com a Bolívia, Guajará-Mirim tem 93% de sua área tomada por unidades de conservação e terras indígenas, o que impede o **desenvolvimento** da agricultura e da

pecuária, e o município não tem outra saída a não ser a industrialização.

“A opção pela informática deve-se ao grande volume de recursos que este setor movimenta em Rondônia – R\$ 750 milhões em 2010, o que representa 6% do **PIB** do Estado, segundo a **Fecomércio**. Além disso, a montagem de computadores não exige grandes investimentos e o oferecimento de produtos montados no próprio município possibilitará o acesso a produtos com preços mais em conta, o que viria a fortalecer o turismo em Guajará”, relata o presidente do Simpi.

O projeto de montar um polo tecnológico em Guajará-Mirim é uma reivindicação da Associação Comercial e Industrial do município que ganhou o apoio do setor produtivo de Rondônia, o qual está atuando de forma articulada em defesa do **desenvolvimento** sustentável da economia de Rondônia. Fazem parte desta articulação, as seguintes federações: Agricultura e Pecuária (Faperon), Micro e Pequena Empresa (FEEMPI/SIMPI), **Comércio** e Turismo (**Fecomércio**) Associações Comerciais de Rondônia (Facer) e Câmara de Dirigentes Lojistas (FCDL) do Estado.